

A BANALIDADE DO MAL E A ASCENSÃO DO TOTALITARISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Giovanna Dantas

Paulo Roberto Monteiro de Araújo

Resumo: Durante o julgamento dos crimes de guerra cometidos por Adolf Eichmann, Hannah Arendt desenvolve um conceito tão atual e polêmico quanto o da banalidade do mal. Como o mal pode ser cometido por indivíduos “comuns” dentro do processo de burocratização da sociedade. No lugar de um monstro maléfico, Eichmann era apenas um funcionário mediano, incapaz de refletir sobre a consequência de seus atos. O mal banal pode ser cometido por qualquer um porque ele não necessita de raízes maléficas para existir. Em *Origens do Totalitarismo* (1989), obra lançada antes de Eichmann em *Jerusalém* (1999), Arendt discorre sobre a ascensão de regimes totalitaristas e como estes se consolidam e se fortalecem em sociedades burocratas. O conceito da banalidade do mal pode ser facilmente aproveitado no regime totalitarista porque usa da alienação do indivíduo para construir um sistema de opressão. A banalidade do mal é só uma etapa da conquista de movimentos totalitários pelo mundo, afinal, o indivíduo tomado por tal fenômeno é incapaz de pensar no resultado de seus atos, ele é tomado por uma sensação de dever, transformando todos os sujeitos ao seu redor em objetos. A transformação das classes em massas pode ser observada de tempos em tempos na história da humanidade. A importância de trazer esse conceito para a contemporaneidade é mostrar como os traços do fenômeno do mal podem transformar sociedades inteiras e moldar todo um contexto histórico de uma nação.

Palavras Chave: Totalitarismo, Hannah Arendt, Mal.

Abstract: During the trial of war crimes committed by Adolf Eichmann, Hannah Arendt develops a concept as current and controversial as the banality of evil. How evil actions can be committed by "ordinary" individuals within the process of bureaucratization of society. In the place of an evil monster, Eichmann was an average employee, unable to reflect on the consequence of his actions. Banal evil can be committed by anyone because it does not need evil roots to exist. In *Origins of Totalitarianism* (1989), a book released before Eichmann in *Jerusalem* (1999), Arendt discusses the rise of totalitarian regimes and how they consolidate and strengthen themselves with the help of bureaucratic societies. The concept of the banality of evil can easily be used in the totalitarian regime because it uses the alienation of the individual to construct a system of oppression. The banality of evil is only a stage of the conquest of totalitarian movements around the world, after all, the individual taken by such a phenomenon is unable to think about the result of his actions, he is taken by a sense of duty, transforming all the subjects around him in objects. The transformation of classes into masses can be observed from time to time in the history of mankind. The importance of bringing this concept into contemporary times is to show how the traces of the evil phenomenon can transform entire societies and shape an entire historical context of a nation.

Keywords: Totalitarianism, Hannah Arendt, Evil.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade analisar o conceito de Banalidade do Mal em Hannah Arendt. A nossa pretensão é investigar até que ponto tal conceito nos possibilita compreender os fenômenos do mal em nossa presente sociedade. Deste modo, partimos dos seguintes textos da referida filósofa: *Eichmann em Jerusalém* (1963), *Origens do Totalitarismo* (1951) e *A Condição Humana* (1958)¹.

A metodologia utilizada para a construção deste artigo se pontua na análise das obras de Arendt sobre a origem e consolidação de regimes totalitários ao redor do mundo, além de textos que configuram e estabelecem o conceito da banalidade do mal.

A questão da Banalidade do Mal é proposta inicialmente pela filósofa alemã de origem judaica, durante a obra *Eichmann em Jerusalém*. A problemática gira em torno da questão: *pode alguém cometer o mal sem ser de fato um indivíduo maléfico?* Diante da referida problemática, Arendt, elucida sua tese para o *The New Yorker* em 1961, com base no julgamento por crimes de guerra de Adolf Eichmann, o agente nazista responsável por organizar o transporte de milhares de judeus para diferentes campos de concentração a caminho da chamada Solução Final². Hannah Arendt fora convidada na época a participar deste julgamento televisionado que entraria para história do mundo contemporâneo. (ARENDR, 1999, p. 5)

Segundo Arendt, Adolf Eichmann não era um monstro, alguém com um espírito perverso e sádico. Eichmann era apenas um burocrata, um sujeito medíocre, sem quaisquer capacidades de distinguir seus atos maus dos procedimentais. Um homem que não pensava nas consequências que seus atos poderiam ter quando aplicados em um sistema social. O oficial alemão agia conforme o que acreditava ser o seu dever³, executando ordens sem nenhum tipo de questionamento, visando sempre uma ascensão em sua carreira profissional, nunca as consequências de seus atos.

¹ A data das obras colocadas aqui refere-se ao ano original de publicação.

² A Solução Final colocava um fim à questão judaica, a expressão apareceu pela primeira vez em uma carta do general da SS Reinhard Heydrich. "Heydrich iniciou a reunião com Eichmann fazendo um pequeno discurso sobre emigração (...) e disse: O Führer ordenou que os judeus sejam exterminados fisicamente". (ARENDR, 1999, p. 98.)

³ *Sein* [ser] e *Sollen* [dever] são dois conceitos inseparáveis para J. Young em sobre Heidegger e a política (1997). Existe um tipo de "relação moral" de um com o outro, resgatando o princípio kantiano de nunca tratar a humanidade como meio mas sempre como um fim.

O “mal banal” presente nas atitudes de Eichmann não foi motivado pelo ódio aos judeus, como mencionado por Arendt, mas pela sua incapacidade de pensar. Eichmann, durante todo o seu julgamento, se mostrou incapaz de pensar de forma crítica e reflexiva. Sua linguagem era estruturada de maneira robótica, com sentenças prontas que beiravam o clichê, “minha honra é minha lealdade”⁴, repetia Eichmann quando questionado sobre o porquê de suas ações. O alemão não deixou dúvidas que teria matado o próprio pai se recebesse uma ordem para. (Ibid., p. 33)

A lealdade de Eichmann à Gestapo era tão absoluta que suas ações foram todas pautadas nas vontades da SS, nunca refletindo suas opiniões pessoais e sim as decisões e exigências de seus superiores. Eichmann, de vida medíocre, queria ascender profissionalmente a todo e qualquer custo.

Fiquei impressionada com a manifestação superficial do agente executor (Eichmann), que tornou impossível traçar o mal incontestável de seus atos em qualquer nível mais profundo de raízes ou motivos. Os feitos eram monstruosos, mas o executor – pelo menos o mais eficiente que estava sendo julgado – era bastante comum, banal, nem demoníaco nem monstruoso. (ARENDR, 2009, p. 138)

Em análise do perfil do acusado, Eichmann se considerava “Culpado perante Deus, não perante a lei” (ARENDR, 1999, p. 32). Arendt, ressaltou que Eichmann não entrou para o Partido por convicção, ele era mais como um alpinista social do que um antissemita convicto. Nas palavras do mesmo: “foi como ser engolido pelo Partido contra todas as expectativas e sem decisão prévia. Aconteceu muito depressa e repentinamente.” (Ibid., pp. 44-45). Cansado de sua carreira como vendedor viajante da Companhia de Óleo a Vácuo, ele entrou para a SS e seguiu em obediência às ordens de seus superiores, sem questionar, levantar a voz ou mensurar as consequências de seus atos. Uma carreira promissora era tudo que queria e almejava, Eichmann aos seus próprios olhos era um fracassado e merecia o devido reconhecimento no que se propusesse a fazer. (Ibid., p. 45)

⁴ *Meine Ehre heißt Treue* ou minha honra é minha lealdade é o lema da organização nacional-socialista, a *Schutzstaffel* (SS). Adjetivos ligados à virtude eram comumente utilizados por Hitler para se referir a SS.

DESENVOLVIMENTO

A partir do referido julgamento que aconteceu na *Beth Hamishpath* (Casa da Justiça), Arendt desenvolveu o conceito intitulado Banalidade do Mal, conceito este controverso até a nossa atualidade. A Banalidade do Mal diz respeito a incapacidade de um homem de distinguir seus atos maus daqueles ordenados burocraticamente por seus superiores no interior de algum órgão institucional. Inserido em um grupo, o sujeito sofre pressões que o torna incapaz de fazer julgamentos morais, aceitando quaisquer ordens sem questionar.

Será que a natureza da atividade de pensar, o hábito de examinar, refletir sobre qualquer acontecimento, poderia condicionar as pessoas a não fazer o mal? Estará entre os atributos da atividade do pensar, em sua natureza intrínseca, a possibilidade de evitar que se faça o mal? Ou será que podemos detectar uma das expressões do mal, qual seja, o mal banal, como fruto do não-exercício do pensar? (ARENDDT, 2008, p. 330)

A autora denuncia o fenômeno de massificação da sociedade que elimina a utilização do juízo da razão, da capacidade de pensar, criando um abismo entre os atos cometidos por Eichmann e a superficialidade com a qual o mesmo tratava dessas atrocidades cometidas pelo regime nazista. A alienação moral dos nazistas fazia parte de uma prática do autoengano comum a Alemanha da época, como numa onda aceita por todos do Terceiro Reich. Eichmann era fruto de uma sociedade em constante processo de massificação, na qual o imediatismo rouba quaisquer espaços de reflexão, os indivíduos não conseguem mais compreender as consequências dos seus atos.

Em *A Vida do Espírito* (1993), Arendt investiga a banalização do mal a partir da deterioração da faculdade do pensar, aproximando a banalidade a um fenômeno superficial, isto é o pensamento sem a intenção explícita para cometer uma ação que gera a destruição ou dor no outro. O fenômeno do mal em Arendt, não possui a perversão ou o pecado como base e sim a capacidade do ser humano em realizar ações que geram consequências maléficas quando inseridos no meio de convivência entre os homens. Já o Mal Radical⁵ citado por Arendt e que resgata conceitos de Kant, diz respeito ao mal absoluto que torna o homem maquiavélico.

⁵ Mal Radical: Segundo Adriano Correia em o Conceito do Mal Radical, "Kant busca dar conta da complexa relação entre o respeito pela lei moral e o amor-próprio na definição do móbil para a ação. Se vê diante da dificuldade de ter de articular natureza e liberdade e ainda que a noção de mal radical possa conservar algumas ambiguidades, permite conceber uma noção de responsabilidade compatível com uma inata propensão para o mal." (CORREIA, 2005, p. 83). O mal, enquanto possibilidade, está ligado à humanidade de modo inseparável,

Por diversas vezes buscando compreender a Alemanha do século XX, Arendt utilizou da expressão kantiana para se referir ao fenômeno do mal. O mal para Kant está intimamente ligado à esfera moral, em que a razão prática⁶ é a base dos nossos julgamentos em relação às ações nos espaços de convívio. A moral kantiana está na vontade do ser (*sein*) em agir perante a sua liberdade, a partir de uma máxima⁷ que tenha como raiz o imperativo categórico do dever (*sollen*).

O fundamento do mal segundo Kant, não pode ser encontrado em um objeto, mas numa regra que a vontade adota por si própria, pelo uso de sua liberdade, ou seja, numa máxima. A aceitação de máximas boas ou más se deve ao dever (*sollen*), o dever de respeitar a lei atribuindo valor a moral.

Os atos maus e a maldade não estão apenas contidos na prática das ações más, mas também, nas máximas adotadas livremente por alguém ou nas forças que contradizem a lei moral.

A Moral, enquanto fundada no conceito do homem como um ser livre que justamente por isso, se vincula a si mesmo pela razão a leis incondicionadas, não precisa nem da ideia de outro ser acima do homem para conhecer o seu dever, nem de outro móbil diferente da própria lei para o observar. Pelo menos é culpa sua se nele se encontra uma tal necessidade a que por nada mais se pode prestar auxílio; porque o que não procede dele mesmo e da sua liberdade não faculta compensação alguma para a deficiência da sua moralidade. (KANT, 2008, p. 9)

Com o uso da moral, não se faz necessária uma autoridade para conhecer o seu dever, a razão o conduz ao caminho da moralidade. A ação do homem livre é o que determina sua instância má ou boa, afinal o homem é um ser racional que habita o mundo sensível. Segundo Kant, o bem e o mal são produtos das escolhas das máximas⁷, o mal é a escolha de não obedecer às leis morais. Existe uma autonomia humana em decidir agir tanto para o mal quanto para o bem. Arendt resgata um aspecto importante da filosofia Kantiana ao perceber que o mal pode ter origem nas faculdades racionais do homem e com isso ela trabalha o conceito além do que Kant propôs, de forma histórica, política e social.

intrínseco, de tal modo que esta propensão para o mal pode ser considerada uma inclinação para o mal que, embora seja algo contraído livremente pode ser entendido como um mal radical inato.

⁶ Razão: “ideia de uma razão que determina a vontade por motivos “a priori”, isto é, sem experiência, seja empírica, ou seja, lógica” (KANT, 2011, p. 14).

⁷ Máxima: A máxima moral é a pergunta que um ser consciente deve se fazer para saber se deve ou não agir de uma forma e não de outra. Ex.: “Posso, em uma dificuldade, roubar?”. (CABRAL, 2019).

Em *Origens do Totalitarismo* (1951), Arendt faz uma referência ao mal radical como o mal absoluto que surge “em conexão com um sistema no qual todos os homens se tornaram igualmente supérfluos.” (ARENDR, 2004, p. 510), considerando os indivíduos apenas como seres biológicos, o Estado abandona a distinção de indivíduos. O homem supérfluo é desnecessário a sociedade porque se torna objeto das ações autoritárias, a perda de sua identidade para a vontade das massas faz com que ele se desvincule do que Arendt irá chamar de mundo comum.

O mundo comum é aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos. Transcende a duração de nossa vida tanto no passado quanto no futuro: preexistia à nossa chegada e sobreviverá à nossa breve permanência. É isto o que temos em comum não só com aqueles que vivem conosco, mas também com aqueles que aqui estiveram antes e aqueles que virão depois de nós. Mas esse mundo comum só pode sobreviver ao advento e à partida das gerações na medida em que tem uma presença pública. É o caráter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo. (ARENDR, 2016, p. 44)

O mundo comum existe na instância da coletividade como numa esfera pública de acontecimentos humanos. O totalitarismo como organização política promove a artificialidade das relações humanas gerando uma resposta capaz de mobilizar massas que cada vez mais se distanciam do mundo comum.

O regime totalitário exerce domínio sobre trabalhadores que se encontram na pluralidade da realidade social. Arendt expõe que o Estado exerce seu poder por meio da alienação da massa trabalhadora, porque os trabalhadores se encontram em uma condição de abandono da sua identidade, num estado de alienação, separados de si mesmos, esquecem quem são, de onde vieram e o que querem, pensam o real não por eles mesmos, mas pela visão de mundo de terceiros.

A solidão, o fundamento para o terror, a essência do governo totalitário, e, para a ideologia ou a lógica, a preparação de seus carrascos e vítimas, têm íntima ligação com o desarraigamento e a superfluidade que atormentavam as massas modernas desde o começo da Revolução Industrial e se tornaram cruciais com o surgimento do imperialismo no fim do século passado e o colapso das instituições políticas e tradições sociais do nosso tempo. Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma. O desarraigamento pode ser a condição preliminar da superfluidade, tal como o isolamento pode (mas não deve) ser a condição preliminar da solidão. (ARENDR, 2004, p. 526)

Quando em conjunto, movidos por uma voz de autoridade, os indivíduos solitários se tornam uma massa plural que responde aos seus superiores, como os escravos que obedeciam a atos tiranos movidos por uma sensação de solidão conjunta.

“Solidão não é estar só” (Ibid., p. 526). A solidão é manifestada na companhia doutro, mesmo quando estou só ainda possuo a minha própria companhia. A solidão é estar abandonado por outrem, sendo utilizada como instrumento do totalitarismo para afirmar a separação dos sujeitos uns dos outros em seus processos de massificação. O sujeito solitário é abandonado por si mesmo, pela sociedade e pelos outros, não reconhece seus direitos, virando objeto das instituições detentoras de poder.

“O que torna a solidão tão insuportável é a perda do próprio eu, que pode realizar-se quando está a sós [...]” (Ibid., p. 527), com a perda do próprio eu o sujeito vira objeto de interesse dos regimes que se constituem pela tirania, afinal, o objeto não pensa, apenas age de acordo com o que lhe é imposto, a tirania manda, o objeto obedece. O indivíduo solitário age com a mecanicidade de seus atos impostos por uma instituição autoritária sem ao menos perceber que o está fazendo, sem se dar conta das consequências de seus atos, tudo se torna banal.

Da solidão, emerge o Totalitarismo, o homem perde a si mesmo para o contexto social, se tornando massa, senso comum. A propaganda totalitária traz com ela o terror, seja de forma implícita ou explícita. “Somente a ralé⁸ e a elite podem ser atraídas pelo ímpeto do totalitarismo” (Ibid., p. 472). É necessário um estado de abandono do ser para que a propaganda totalitária tenha efeito na consciência do indivíduo, o indivíduo *banal* age sem pensar nas consequências de seus atos.

Nos países totalitário

⁸ Ralé: “A ralé é fundamentalmente um grupo no qual são representados resíduos de todas as classes. É isso que torna tão fácil confundir a ralé com o povo, o qual também compreende todas as camadas sociais. Enquanto o povo, em todas as grandes revoluções, luta por um sistema realmente representativo, a ralé brada sempre pelo “homem forte”, pelo “grande líder”. Por que a ralé odeia a sociedade da qual é excluída, e odeia o Parlamento onde não é representada.” (ARENDETT, 2004, p. 128)

s a propaganda incita o terror, quando o Estado detém o controle, utiliza dele para assustar sua população, quando deseja ascensão, usa dele para conquistar, manipular e doutrinar. A violência é o foco da propaganda totalitarista, desde o seu estágio inicial até a conquista de um regime totalitário. Ela tem início com um discurso articulado, apaixonado⁹, feito por um *escolhido*, um representante de uma causa. Quando o regime detém o controle, esse discurso toma forma palpável e é consumado com atos violentos que transformam em realidade (por meio da repressão) o que um dia fora apenas mais um discurso.

A oposição política é a primeira a sofrer com a repressão, tudo que lhe é oposto é censurado, visto como balbúrdia. O totalitarismo não só afirma como embute em sua propaganda “mentiras utilitárias” (Ibid. p. 474), que podem até vir a ser verdade, mas que são utilizadas para gerar uma resposta rápida das massas que se veem encantadas pela verborragia contida em falsas promessas. Destroem-se livros, documentos, dizimando todo o conhecimento de uma nação, afinal, conhecimento é poder de mudar a sua realidade.

A propaganda é, de fato, parte integrante da “guerra psicológica”; mas o terror o é mais. Mesmo depois de atingido o seu objetivo psicológico, o regime totalitário continua a empregar o terror; o verdadeiro drama é que ele é aplicado contra uma população já completamente subjugada. Onde o reino do terror atinge a perfeição, como nos campos de concentração, a propaganda desaparece inteiramente; na Alemanha nazista, chegou a ser expressamente proibida. Em outras palavras, a propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não totalitário; o terror, ao contrário, é a própria essência da sua forma de governo. Sua existência não depende do número de pessoas que a infringe. (Ibid., p. 476)

A propaganda totalitarista contém o ódio em seu discurso, o ataque a indivíduos e insinuações contra quem ousar ir no caminho oposto ao seu. O conhecimento só é válido quando é científico, como a obsessão de Hitler em comprovar a existência da raça ariana, ou a questão moral do aborto por exemplo. O cientificismo é utilizado de forma a embasar um discurso, propaganda ou prática, como instrumento de propaganda daqueles que desejam deter o poder. Não se pode ignorar a possível veracidade de uma experiência científica¹⁰, mas utilizá-la como

⁹ *Pathos*: Em Aristóteles, o *pathos* é o método de persuadir pela emoção, "sofrimento, paixão, afeto". Por meio da retórica a argumentação é construída visando emocionar, afetar o ouvinte.

¹⁰ A veracidade da teoria científica pode ser comprovada por meio da falseabilidade, conceito trazido pelo filósofo Karl Raimund Popper em sua obra *A Lógica da Pesquisa Científica* de 1959.

ideologia em afirmações discursivas, proféticas¹¹, acaba por incitar um pensamento coletivo das massas que se movem a favor sem ao menos reflexionar sobre. “O cientificismo da política pressupõe que o bem-estar humano é a sua finalidade, conceito que é completamente alheio ao totalitarismo.” (Ibid., p. 480).

A propaganda totalitária tem como interesse principal a manipulação de indivíduos, fazendo-os pensar que são dotados de poder de agir no espaço político; ou seja, como agentes de mudanças sociais. A falsa ilusão de poder dado ao sujeito é o que torna a propaganda totalitária tão atrativa, o indivíduo se sente no dever de proteger o que é seu por direito, como, a propriedade privada, condutas morais ou quaisquer objetos de consumo¹².

O indivíduo é levado por uma falsa ilusão de meritocracia¹³, em que a propaganda ideológica expõe a ideia de que todos, independentemente da condição social, podem trabalhar¹⁴, tendo as mesmas possibilidades. Deste modo, se tem uma falsa ideia de que aqueles que estão nos patamares sociais mais baixos podem alcançar por seus méritos de trabalho as camadas mais altas da pirâmide social. A meritocracia internaliza na cabeça do indivíduo que ele pode, essa alusão ao poder faz com que o sujeito trabalhe ainda mais, se esforce ainda mais no seu dia a dia para conseguir de alguma forma conquistar tanto uma ilusória ascensão social como obter bens de consumo. A ideia de obtenção de bens de consumo tende a criar uma visão de mundo que aliena o sujeito. Então, para consumir mais, o sujeito acaba produzindo ainda mais que o esperado pela sua carga horária de trabalho, com uma falsa ilusão de que a mercadoria produzida por ele pode ser convertida em bens de consumos compatíveis com a referida carga de trabalho. Porém, tal compatibilidade não existe, pois o valor do trabalho despendido pelo sujeito sempre será menor que o valor dos bens comprados. A mais valia¹⁵

¹¹ Proféticas (ARENDR, 2004. p. 479), Arendt usa esta expressão a fim de esclarecer o discurso profético, que promete algo à alguém, presente em uma propaganda totalitarista.

¹² O objeto de consumo em Marx em *O Capital* (1867) é um dos produtos da alienação das massas pelo sistema capitalista.

¹³ Meritocracia: “A origem etimológica da palavra meritocracia vem do latim *meritum*, que significa ‘mérito’, unida ao sufixo grego *cracia*, que quer dizer ‘poder’. Assim, o significado literal de meritocracia seria ‘poder do mérito’.” (SIGNIFICADOS, 2019).

¹⁴ “O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no e ter no ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade” (ARENDR, 2016, p. 8)

¹⁵ A Mais Valia é o conceito utilizado por Marx para identificar a disparidade entre o valor final da mercadoria produzida pelo trabalhador e o valor de sua carga de trabalho. A carga horária sempre acaba “pagando” a

sempre incide sobre o trabalho, fazendo que o mesmo tenha sempre um valor menor que a força despreendida.

As massas caracterizam os movimentos totalitários porque influenciam diretamente a chegada de seus representantes ao poder, estes sujeitos permanecem no poder enquanto representarem uma vontade geral, um discurso que permeia todos os medos, egocentrismos e tradicionalismos morais, enquanto quem estiver no poder transmitir o que os rodeia, o sentimento é o de permanência. A solidão social faz com que eles se juntem em prol de um só ideal, o ideal autoritário, movido pelo medo do diferente.

“A atração que o mal e o crime exercem sobre a mentalidade da ralé não é novidade.” (Ibid., p. 435). Para a ralé os discursos maléficis contêm neles a força de transformar a realidade. Fere-se outro por um bem maior, por uma finalidade, a vida do outro é usada como meio de atingir ideais e objetivos. O cidadão comum, sem traços de psicopatia começa a agir com o mal banal, ferindo o outro porque assim lhe fizeram acreditar que deveria fazer.

A onda¹⁶ de fanatismo que o movimento totalitário causa precisa de seus seguidores fiéis para continuar a ditar o terror empregado em seu discurso, em diferença dos demais movimentos políticos que vencem por número de corpos, o movimento totalitário vence pela força bruta, a força do coletivo das massas que se movem para sustentar um discurso.

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto. (Ibid., p. 438-439)

A política entre as massas não é intelectualizada o suficiente para constituir uma organização política capaz de articular grandes guinadas políticas. Sem exercer o voto ou sua

mercadoria em um espaço de tempo curto quando comparado com o que lhe é exigido de força de trabalho, gerando o lucro do sistema capitalista. (MARX, 2005, v. I, Parte III, C. VII, Sessão II)

¹⁶ A Onda: Filme de 2008 dirigido por Dennis Gansel, em que um professor ao ensinar sobre a constituição de um Estado Autocrático acaba por incitar em seus alunos valores parecidos com o da Alemanha nazista.

consciência política, indiferentes e apolíticos (que também pertencem às massas) contribuem quase que de forma indireta para que discursos extremistas cheguem ao poder.

O que difere as massas da ralé é que as massas não herdaram o sentimento da classe dominante, as massas são movidas por influência dessa classe.

Toda relação humana é política, desde as estabelecidas com os seres ao seu redor até as em instância governamental. Fugir da política em uma sociedade onde as relações se estabelecem de forma política nos parece impossível, dizer não se interessar ou abdicar da escolha de um representante contribui para a ascensão de regimes totalitaristas, afinal, o indivíduo que não utiliza de sua voz para decidir o cenário político que se encontra acaba por escolher o lado do opressor.

A neutralidade é utilizada como instrumento de ascensão porque existe uma ilusão geral de que o povo participa ativamente das decisões políticas de uma nação, a política baseia-se na união dos homens, em sua pluralidade, a convivência entre diferentes (ARENDR, 1998, p. 13). Se não há um senso dessa diferença, da importância dela para construir uma pluralidade social, o caos se torna absoluto. E a partir desse caos, regimes pautados na opressão das diferenças se fortalecem.

Nessa forma de organização, a diversidade original tanto é extinta de maneira efetiva como também destruída a igualdade essencial de todos os homens. A ruína da política em ambos os lados surge do desenvolvimento de corpos políticos a partir da família. Aqui já está indicado o que se torna simbólico na imagem da Sagrada Família: Deus não criou tanto o homem como o fez com a família. 3. Quando se vê na família mais do que a participação, ou seja, a participação ativa na pluralidade, começa-se a bancar Deus, ou seja, a agir como se pudesse sair, de modo natural, do princípio da diversidade. Ao invés de se gerar um homem, tenta-se criar o homem na imagem de si mesmo. (Ibid., p 22)

O mundo está organizado pela instituição familiar, como coloca Aristóteles em Política (1252 a.C. - 1260 d.C.), nela, não existe um espaço para o individual pois tudo é constituído pelo bem da família, do coletivo. “As famílias são fundadas como abrigos e castelos sólidos num mundo inóspito e estranho, no qual se precisa ter parentesco.” (Ibid., p 22) O que é ideal para um discurso totalitário que visa a alienação do singular, o abandono da identidade de um ser. A noção de parentesco prevalece com relação ao bem-estar do outro, como instituição primeira, explicando porque o mal se torna banal. Quando se esquece da humanidade, da

singularidade do outro, as decisões tomadas dali por diante visam apenas a manutenção e a garantia da família tradicional¹⁷.

Com o advento da pólis¹⁸, foram instaurados dois tipos de esferas da existência humana: a pública e a privada. A esfera privada na Grécia Antiga refere-se às relações de parentesco, uma família patriarcal em que a propriedade e a riqueza pertencem à família, em que o homem vive junto por uma questão de necessidade. Segundo Arendt, a vida na esfera privada acaba por impossibilitar a participação do sujeito de maneira efetiva na esfera política porque se limita a vida à instância biológica da família.

Não que os gregos ou Aristóteles ignorassem o fato de que a vida humana sempre exige alguma forma de organização política, e que o governo dos súditos pode constituir um modo de vida à parte; mas o modo de vida do déspota, pelo fato de ser "meramente" uma necessidade, não podia ser considerado livre e nada tinha a ver com o *bios politikos*. (ARENDR, 2016, p. 16)

Já a vida pública ou a vida política, refere-se na modernidade a vida social onde o homem é uma mera extensão da família e exerce seu poder patriarcal dentro da sociedade representado por um governante. A política é uma necessidade a vida humana porque molda a existência do indivíduo em sociedade. O homem não é um sujeito autárquico, isso quer dizer que ele depende do outro para formar a sua autonomia, seja com a ajuda da família, seja com o auxílio de terceiros. A política é responsável por garantir a autonomia do homem em um sentido mais amplo, é ela que assegura direitos e deveres do indivíduo fazendo com que este esteja apto a viver em sociedade. Como base fundamental de quaisquer relações humanas, a política existe e sempre existiu, é ela que fundamenta o contato com o outro, com o diferente. A política faz parte da construção das relações humanas porque ela organiza e regula o convívio em sociedade, assegurando que a pluralidade seja reconhecida e garantida por direito. Quando se governa apenas para um tipo de homem, existe um abandono de todas as questões que envolvem o diferente. O que é prejudicial quando falamos de uma sociedade em que todos deveriam partir de condições iguais para conquistar seus objetivos.

¹⁷ “Família Tradicional Brasileira”, slogan e expressão utilizada por partidos políticos de direita no Brasil para caracterizar a importância da instituição familiar na política.

¹⁸ *Polis*: Cidades Estado Gregas onde aconteciam as tomadas de decisões políticas da época. Para Aristóteles o homem é um animal político porque “goza de direitos naturais por sua competência em comandar” os que não dotam das seguintes características são os que devem obedecer. (CABRAL, 2019.)

A política da pólis a qual Aristóteles se refere não abrange todas as formas de existência humana. Ela está voltada a uma parcela da população formada por homens intelectuais. Escravos, mulheres e outras minorias eram excluídas de decisões políticas tomadas pela pólis.

Desde sempre podemos verificar uma luta pelo poder intensificada pelo modo em como as relações humanas se dão desde a formação das primeiras sociedades políticas. O histórico de opressão de alguns povos é visível pelo modo como a sociedade se constrói em camadas, nisso se dá o sucesso dos movimentos totalitários e o porquê deles se repetirem de tempos em tempos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar para história podemos observar que os padrões estiveram sempre ali, sejam escondidos em falácias, sejam intrínsecos à formação da sociedade. A relação entre a sociedade e as classes dominadas sempre fora hostil, dada pelo uso da força e da tomada do poder. Tomada esta que pode acontecer de forma sutil, empregando um discurso de opressão, pela propaganda, ou por atos extremos de atentado contra a vida humana.

Fazer parte de uma classe não é mais questão de determinação da origem social como nas sociedades feudais, o status social é decisivo na vida de muitos indivíduos e por um longo período na história determinou quem poderia participar ou não da vida política.

O colapso do sistema de classes significou automaticamente o colapso do sistema partidário, porque os partidos, cuja função era representar interesses, não mais podiam representá-los, uma vez que a sua fonte e origem eram as classes. Sua continuidade tinha ainda certa importância para os membros das antigas classes que esperavam inutilmente recuperar o status social, e mantinham-se coesos não porque ainda tivessem interesses comuns, mas porque esperavam restaurá-los. Consequentemente, os partidos tornaram-se mais e mais psicológicos e ideológicos em sua propaganda, e mais apologéticos e nostálgicos em sua orientação política. Além disso, haviam perdido, sem que o percebessem, aqueles simpatizantes neutros que nunca se haviam interessado por política por acharem que os partidos existam para cuidar dos seus interesses. Assim, o primeiro sintoma do colapso do sistema partidário continental não foi a deserção dos antigos membros do partido, mas o insucesso em recrutar membros dentre a geração mais jovem e a perda do consentimento e apoio silencioso das massas desorganizadas, que subitamente deixavam de lado a apatia e marchavam para onde vissem oportunidade de expressar a sua violenta oposição. (ARENDR, 2004, pp. 443-444)

O status social na modernidade pode ser determinante para as ações da massa. Eichmann buscava sua ascensão social vide sua vida medíocre, o mal de Eichmann foi banal justamente

por isso, por partir de um indivíduo comum que agiu sem pensar nas consequências que poderia causar a outros indivíduos. Os regimes totalitários se alimentam de indivíduos comuns, descontentes com sua realidade e que procuram alguma mudança no sistema.

Essa “amargura egocêntrica” (ARENDDT, 2004, p. 444) alimenta e dá força ao discurso totalitarista que busca nas fraquezas dos indivíduos sua chance de exercer poder e dominação.

“Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual” (Ibid., p. 454), a lealdade de Eichmann a Gestapo era tamanha que o impedia de fazer quaisquer avaliações morais coerentes, fenômeno este presente na massificação dos indivíduos que seguem como num bando, ordens, sem pestanejar ou levantar a voz.

A banalidade do mal é uma característica presente no indivíduo que compõe as massas que por sua vez dão força ao regime totalitário, sem o auxílio de seus apoiadores fiéis, nenhum governo se mantém no poder, nenhuma voz é poderosa o bastante. É necessário que eles representem um sentimento de solidão geral, de abandono do ser pela sua nação.

O totalitarismo governa pela coação, “elimina a distância entre governantes e governados e estabelece uma situação na qual o poder e o desejo de poder, tal como os entendemos, não representam papel algum. [...] O líder totalitário é nada mais e nada menos que os funcionários das massas que dirige.” (Ibid., p 455)

Com o auxílio de fenômenos de alienação como o da banalidade do mal, regimes totalitaristas tomaram forma e governaram a humanidade desde os tempos mais remotos. Sua característica de trazer o “novo” em sua propaganda política, influencia os componentes alienados de uma massa, que buscam a mudança em um sistema corrompido. O totalitarismo é baseado no terror e na ideologia, com a ideologia ele consegue transformar toda uma sociedade em massas opressoras que agem sem pensar nas consequências ou no bem-estar do outro.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Paulo Monteiro Roberto. *Espaço Público: exercício da cidadania e da opinião no mundo contemporâneo*, 2013.

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*, 13ª Ed., São Paulo: Forense Universitária, 2016.

_____. *A Vida do Espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Tradução C. A. R. de Almeida, A. Abranches e H. F. Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. Belo Horizonte, BH: Companhia das Letras/Editora UFMG; 2008.

_____. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O que é Política?*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Origens do Totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução do grego, introdução e notas do Prof. Mário da Gama Kury. 3ª Ed., Brasília: UNB, 1997.

CABRAL, João Francisco Pereira. "A Razão Pura Prática em Kant e os Fundamentos da Ética."; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-razao-pura-pratica-kant-os-fundamentos-Etica.htm>> Acesso em 21 de outubro de 2019.

_____. "O conceito de animal político em Aristóteles"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/o-conceito-animal-politico-aristoteles.htm>> Acesso em 21 de novembro de 2019.

CORREIA, Adriano. *O Conceito de Mal Radical*. São Paulo: Trans/Form/Ação, 2005. v 28(2), p. 83-94.

KANT, Immanuel. *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

MARX, Karl. *O Capital*. 2005, Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm#c7s2>> Acesso em: 25 de out. de 2019.

SIGNIFICADOS. *Filosofia e Sociologia*. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/meritocracia/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2019.